

PATRIMÔNIO E ANTROPOCENO

Da banalização à construção de imunidades

HERITAGE AND ANTHROPOCENE

From trivialization to the construction of immunities

Camila Ferreira Guimarães¹ e Paula Marques Braga²

Resumo

A discussão que envolve as conceituações de Antropoceno busca entender, de forma crítica, a ação do ser humano, responsabilizando-o (nos) pelas consequências que vêm sendo sentidas em termos de um colapso ambiental global iminente. Partindo de sua conceituação inicial, e transpondo estas análises ao campo do patrimônio cultural, questiona-se de que forma esta base conceitual pode contribuir às análises no campo da intervenção urbana, que incidem sobre paisagens particulares, preservadas pela representatividade de sua identidade local, material e imaterial, mas que, submetidas às mesmas lógicas de produção e consumo do espaço urbano, acabam também por colapsarem, banalizadas e esvaziadas de seus significados. Nesse viés, tensionamos a possibilidade da memória e, conseqüentemente, do patrimônio, a partir de uma dimensão crítica e ampliada, configurarem processos de resistência ao contexto de banalização, enquanto sistemas de imunidade simbólica. Buscamos, portanto, desenvolver uma abordagem fenomenológica para a análise do espaço patrimonial, dando ênfase à experiência e à ambiência geradas pela composição da paisagem enquanto produtoras de situações de pertencimento, de identificação e de resistência. Palavras-chave: paisagem, cultura, patrimônio, banalização, imunidades.

Abstract

The discussion surrounding the conceptualizations of the Anthropocene seeks to critically understand human actions, holding them responsible for the consequences felt in terms of an imminent global environmental collapse. Starting from its initial conceptualization and extending these analyses to the field of cultural heritage, the question arises as to how this conceptual framework can contribute to analyses in the field of urban intervention. Such interventions affect specific landscapes preserved for their representation of local identity, both material and immaterial. However, subjected to the same logics of production and consumption in urban spaces, these landscapes also risk collapsing, becoming trivialized, and emptied of their meanings. In this vein, we explore the possibility that memory and, consequently, heritage, from a critical and expanded dimension, can constitute processes of resistance to the context of trivialization, acting as systems of symbolic immunity. We seek, therefore, to develop a phenomenological approach to the analysis of heritage space, emphasizing the experiences and ambiance generated by the composition of the landscape as producers of situations of belonging, identification, and resistance.

Keywords: landscape, culture, heritage, trivialization, immunities.

¹ Doutora, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Uberaba, UNIUBE e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo - LEAUC / IAU - USP.

² Doutora, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo - LEAUC / IAU - USP.

Introdução

O debate sobre o patrimônio tem se concentrado nas relações entre o passado, o presente e o futuro, encarando as temporalidades de maneira relacional. De forma simplificada e generalizada, a preservação das heranças históricas e artísticas tem como justificativa sua preservação para as futuras gerações. Nesse viés, os estudos críticos sobre o patrimônio tensionam os limites impostos por essa abordagem, problematizando as intenções do presente que moldam e direcionam as narrativas do passado enquanto prospecção do futuro frente às influências de um modelo neoliberal. Conforme colocado por Sterling (2020), mesmo em contextos extremos, os processos de herança, ou seja, de preservação de objetos históricos, artísticos e práticas são inevitáveis de forma a unir o passado, o presente e o futuro. Essa percepção vai ao encontro dos motivos elencados por Lowenthal (2014) pelos quais os seres humanos conservam. Segundo o autor, um dos motivos é porque a conservação é inata ao ser humano, faz parte de suas estratégias de sobrevivência tanto física quanto mental. Lembra também Choay (2001) que o patrimônio cumpre um papel de segurança, assegurando um sentido de tranquilidade, pautada na certeza do passado consolidado, frente às incertezas do futuro.

Assim sendo, o tema da conservação perpassa o campo do patrimônio por diferentes matrizes: ambiental, cultural, social e econômica. Desse modo, ao debatermos o patrimônio numa perspectiva ampliada, estamos nos referindo aos ecossistemas formados pelas camadas sobrepostas do tempo. Assim, identifica-se como as temporalidades se relacionam, rompendo a perspectiva linear do tempo e compondo uma multiplicidade temporal. Nesse contexto, as relações que desenvolvemos com os nossos espaços físicos, nos quais as temporalidades se manifestam, produzem consequências diversas, delineando e moldando as formas como lidamos com a conservação do patrimônio.

Portanto, podemos abordar essas transformações a partir da noção do Antropoceno, onde as relações humanas interferem nas formas de sobrevivência de ecossistemas, e conseqüentemente, de todos os elementos que intencionamos conservar. Para definição do Antropoceno, nos apoiamos nos autores Sterling e Harrison (2020), que o caracterizam como processo de mudanças nas condições ambientais e nos processos de ordem econômica, social, política e cultural em um contexto global. Dessa forma, os autores desenvolvem uma abordagem multiescalar das relações e transformações geradas pela ação do ser humano. Nesse sentido, o termo designa uma época geológica na qual o ser humano (Anthropos) é considerado o protagonista, representando uma humanidade que é simultaneamente conquistadora e culpada pelo colapso ambiental que enfrenta o presente e ameaça o futuro (Haeringer; Tornatore, 2022).

No contexto do Antropoceno, intensificam-se as relações entre as diferentes temporalidades. A complexidade do presente, que ameaça o futuro, tem suas raízes num processo cumulativo de ações e transformações do passado. Dessa forma, ao olharmos para a questão da crise ambiental que assola a contemporaneidade, identificamos uma aproximação importante de aspectos culturais que moldam os modos de vida e a relação do ser humano com seu habitat. Tais relações entre os aspectos culturais e o meio ambiente lançam luz sobre os estudos relacionados à paisagem, considerada por Meneses (2002) enquanto um fato cultural. A paisagem, segundo Meneses (2002), diz respeito à relação entre o meio ambiente natural e a ação do ser humano considerando aspectos culturais e os modos de vida. Dessa forma, a noção de paisagem adotada neste texto compreende a fusão de elementos físicos/materiais e simbólicos/imateriais. Tendo essa definição como referência, buscamos desenvolver uma abordagem fenomenológica para a análise do espaço patrimonial, dando ênfase à experiência e à ambiência geradas pela composição da paisagem

enquanto produtoras de situações de pertencimento, de identificação e de resistência.

Também Descola (2016) traz reflexões quanto à relação entre natureza e cultura que contribuem para as questões aqui apresentadas. O autor começa sua conferência apontando que não seria difícil distinguir natureza e cultura, posto que é natural tudo aquilo que não possui interferência humana, ao passo que a cultura é justamente tudo aquilo que é fruto da ação do homem. No entanto, logo em seguida, o autor passa a discorrer, em exemplos diversos, que essa distinção não se faz de forma tão simples e objetiva. O fato é que as relações entre natureza e cultura, enquanto produção humana, como objetos, arte e ideias, não observa limites. Indo além, o autor irá apontar que, objetos e até nós mesmos, estamos em situação intermediária, ao mesmo tempo naturais e culturais. Essa forma de percepção do espaço, das dinâmicas e artefatos da vida humana nos auxiliam a pensar, no contexto da discussão do Antropoceno, a questão do patrimônio cultural, a produção da cultura humana sobre o ambiente natural. Indo também ao encontro das colocações de Meneses (2002) citadas acima, acerca da paisagem.

Quando o homem, aponta Descola (2016, p. 23), entende o recurso natural apenas como fonte de riqueza, explorando para tirar deste seu melhor proveito, este desequilíbrio que ele denuncia nos permite entender ali aspectos do Antropoceno. A noção de recurso se torna essencial no contexto da crise do Antropoceno. Krenak (2019) compartilha da preocupação do autor, enfatizando que é equivocada a compreensão da natureza enquanto recurso disponível para exploração, sendo, portanto, necessária uma mudança de paradigma na forma como interagimos com nosso meio ambiente. Extrapolando esta análise ao contexto do patrimônio cultural, da formação das identidades e da exploração de seus significados, pode-se propor uma analogia que contribuirá para nossas reflexões. A abordagem da cultura enquanto recurso econômico e a transformação do entendimento de patrimônio cultural para patrimônio financeiro, como destacado por Chandler e Pace (2020), colaboram para a revisão das formas como lidamos com nossas heranças físicas e simbólicas.

A exploração econômica dos “recursos” ambientais e culturais protagoniza a crise do Antropoceno, ameaçando as diferentes formas de vida. A memória, que ainda sobrevive nos sujeitos que habitam os territórios, configura uma força capaz de resistir ao passar do tempo, embora possamos nos interrogar em que medida essa força será suficiente para romper com os processos de apagamento em curso. Descola (2016) alerta sobre a tomada de consciência a respeito da destruição em andamento. Frente a esse alerta, identifica-se como alternativa a necessidade de pensar em outras formas de habitar a terra. Tudo fará parte de uma escolha.

Faz pouco tempo que começamos a ter a medida do preço extremamente alto que será preciso pagar pela exploração imoderada de nosso meio ambiente, com a poluição crescente do solo, do ar, da água e também dos organismos vivos, com o desaparecimento acelerado de inúmeras espécies de plantas e animais, com as consequências dramáticas do aumento do efeito estufa sobre o planeta (Descola, 2016, p. 24).

Assim, encontramos nas formas de preservação do patrimônio chaves de leitura para compreensão e enfrentamento dos desafios para a composição de paisagens no contexto do Antropoceno. Nesse sentido, temos como hipótese que os modelos tradicionais de seleção, proteção e gestão do patrimônio, permeados pela lógica do capital, transformam a cultura em mercadoria e potencializam a banalização das identidades e memórias. Além disso, buscamos refletir sobre estratégias que possam confrontar esse cenário, partindo da compreensão da cultura como elemento central de

mobilização do pensamento crítico sobre o patrimônio, a fim de construir ferramentas de análise capazes de superar as dicotomias estabelecidas entre natureza e cultura, e entre o material e o imaterial.

Para o desenvolvimento desse olhar crítico frente às questões do patrimônio no Antropoceno temos como ponto de partida a identificação do papel contraditório assumido pela cultura. Se, por um lado, a cultura cumpre o papel de mobilizadora de processos de identificação, por outro lado, está sujeita à exploração e à banalização pelo capital. A temática da banalização da cultura, e conseqüentemente do patrimônio, será abordada por meio de matrizes de análise tendo como suporte o trabalho de Muñoz (2008). A partir desse contexto, buscamos desenvolver uma reflexão sobre como as relações culturais manifestadas pelo patrimônio podem configurar sistemas de imunidade física e simbólica para a sobrevivência no Antropoceno. Para o desenvolvimento conceitual dos sistemas de imunidade, nos pautamos na obra “Esferas” do filósofo alemão Peter Sloterdijk (2017a, 2017b, 2018).

Como ferramentas metodológicas para o desenvolvimento das análises propostas, apoiamos-nos em matrizes conceituais, diagramas e colagens cartográficas que permitem, para além da representação, a construção de análises sobre os aspectos do Antropoceno e do patrimônio por meio de múltiplas camadas e nuances. Desse modo, desenvolvemos uma abordagem transdisciplinar, aproximando os campos da Geografia, da Filosofia ao campo da Arquitetura e do Urbanismo para leituras críticas das transformações de territórios patrimonializados. Buscamos, assim, construir uma visão ampliada do patrimônio que tensione os discursos hegemônicos (Smith, 2006, 2011, 2021), com o objetivo de contribuir para análises críticas da relação do ser humano com suas heranças culturais frente às distintas temporalidades no contexto do Antropoceno, que prospecta uma visão caótica de futuro. Para tanto, faz-se necessário estabelecer algumas considerações sobre a relação do patrimônio e o Antropoceno.

Patrimônio e Antropoceno: considerações iniciais

Harrison (2013) identifica o patrimônio como um fenômeno cultural global. Tal fenômeno foi intensificado a partir dos mecanismos de identificação e seleção dos bens culturais que, diante das rápidas mudanças tecnológicas, culturais e econômicas, bem como da perda de aspectos simbólicos causados por um modelo neoliberal predatório, desenvolveram o que o autor denomina de fetichização do passado. Nesse aspecto, observa-se o passado compreendido como redenção do presente. A partir dessa abordagem, Samuel (1994) ressalta como a perda de esperança no futuro, em consequência das complexidades e instabilidades do presente e da noção de progresso, produziu uma visão idealizada do passado, configurando-se como um mito reconfortante, sendo a patrimonialização global a consolidação dessa perspectiva.

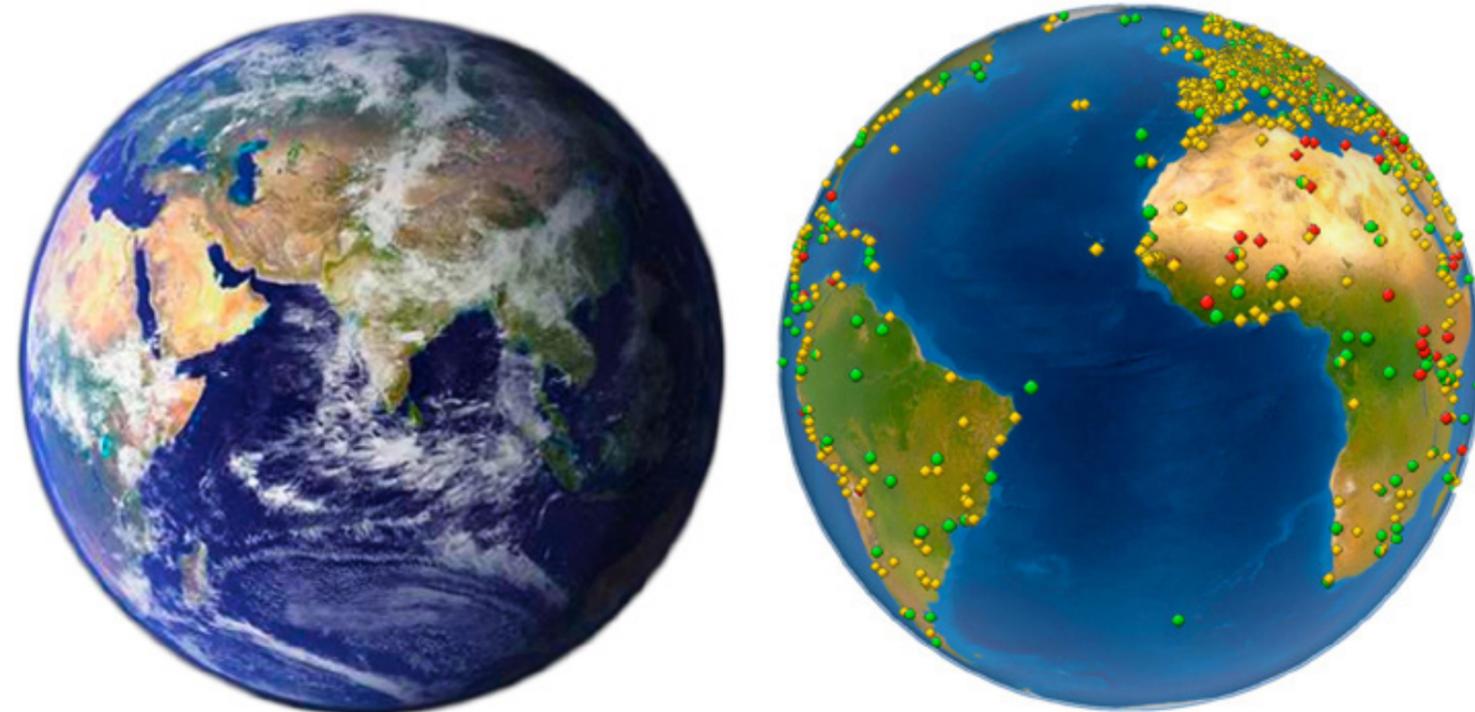
A intensificação da patrimonialização deve seu auge, entre outros motivos, à criação do Patrimônio Mundial pela UNESCO. A ampliação dos objetos patrimoniais pela Lista do Patrimônio Mundial alimenta a ascensão da indústria do turismo. Choay (2011) compartilha dessa perspectiva ao responsabilizar a Lista do Patrimônio Mundial pela mercantilização do patrimônio a nível mundial. Nesse contexto, temos um panorama que ressalta nuances contraditórias da patrimonialização. De um lado temos a busca por representações do passado que preservam e consolidam identidades e memória, e por outro lado, a criação do patrimônio a partir de um discurso homogêneo/mundial que dialoga com os interesses de mercado.

Choay (2001) aborda de forma bastante clara este tema ao resgatar a importância das edificações como “categoria exemplar” de Patrimônio Histórico. A autora lembra ainda a importante mudança ocorrida quanto à nomenclatura utilizada para classificar o Patrimônio Histórico representado pelas edificações. Inicialmente tratados como “monumentos históricos”, a partir da década de 1960, quando outros bens, que não apenas os monumentais, passaram a fazer parte deste patrimônio, esta precisou ser revista. O momento de ampliação do conceito para Patrimônio Cultural, Pereira (2011, p. 101, 102) localiza nos anos sessenta (“Virada Cultural”) e oitenta (“Virada Comunicativa”) do século XX, que impõem outras questões ao tema da “conservação – restauração”. Esta agora deve passar a incluir temas tais como “(...) significância, linguagens, diversidade, memória coletiva e identidades”. Desta forma, a atribuição de valor ao Patrimônio Arquitetônico passou a abranger também a necessidade de atenção a outros aspectos. Dentre eles estão os sentidos de lugar, a experiência de habitar as cidades e o processo de refazer identidades no espaço urbano. Estes se tornam fundamentais à compreensão da dimensão social do patrimônio na cidade, pois é nela que os sentidos de localização e pertencimento são constantemente refeitos (Arantes, 2008).

Este caráter processual e dinâmico do Patrimônio Cultural, acrescenta ainda Arantes (2008), aumenta a complexidade das questões que envolvem a preservação e exige a formação de um campo específico para tratar dos mecanismos de proteção de bens e manifestações culturais, o Patrimônio Cultural Imaterial. Este, cuja discussão, originada no âmbito da Unesco, passou a se dar de forma mais efetiva no final da década de 1980, abrange conhecimentos vinculados ao campo do folclore e da cultura popular, questões culturais de grupos étnicos ou populares e que se manifestam em diversos campos como tradições e expressões orais e processuais, música e coreografias. Este patrimônio se manifesta em diversos campos – artes cênicas, práticas sociais, rituais, eventos festivos e saber-fazer ligado ao artesanato tradicional. Ainda que em documentos oficiais essa diversidade passe a constar também como elemento a ser preservado, a prática da intervenção, centrada na promoção das cidades em um mercado mundial, regido pelo consumo, insiste no apagamento das particularidades transformadas em objeto de consumo para o mercado do turismo exploratório.

Esse panorama nos mostra que a partir da dimensão comercial e mundial do patrimônio, observa-se a consolidação do discurso ocidental, pautado na visão eurocêntrica da UNESCO. Esse discurso configura o que Smith (2006) denomina como o Discurso Autorizado do Patrimônio, usado tanto para validar narrativas quanto para consolidar processos de exclusão e apagamento (Meskell, 2018). Nesse viés, podemos questionar em que medida há um patrimônio considerado valioso e representativo para toda a humanidade? Talvez, o questionamento adequado deveria perpassar a definição de humanidade. Krenak (2019) nos provoca a refletir sobre o que denominamos de humanidade, que exclui grupos marginalizados e vulneráveis.

Ao encontro da abordagem de Krenak (2019), Bispo dos Santos (2023, p. 29) faz uma distinção importante entre sociedade e comunidade: “Enquanto a sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos “. O autor ainda tece questionamentos acerca da forma como compreendemos o globo, identificando que o uso do termo globalizar, implica a intenção de unificar. Bispo dos Santos (2023) reflete que deveríamos compreender o globo pela sua diversidade e seus inúmeros ecossistemas. Aproximando esse debate ao campo do patrimônio, podemos associar essa crítica ao Discurso Autorizado do Patrimônio analisado por Smith (2006), que ressalta como tal discurso, pautado numa visão global, acaba por excluir e marginalizar grupos, tradições e manifestações materiais e simbólicas que não se enquadram na perspectiva global desse discurso. Portanto, nos questionamos sobre a contradição de se buscar um patrimônio comum em um campo de diversidade.



Nesse viés, ao analisarmos os processos de exploração, destruição e desmatamento das paisagens mundiais, identificamos uma concentração dessas ações em territórios marginalizados - que estão à margem da economia mundial - que, em grande medida, coincidem com a geografia do sul global. Contraponto a esse cenário de paisagens em destruição, há a concentração de bens patrimonializados em escala mundial no contexto europeu, ou seja, no norte - no centro do poder econômico -, enquanto representantes do Discurso Autorizado do Patrimônio. Assim, nos questionamos acerca dos processos de identificação de bens culturais em que medida se configuram como mecanismos de manutenção de poderes e privilégios? (Figura 1).

Como forma de construir uma abordagem crítica do patrimônio, Smith (2006, 2011, 2021) identifica que patrimônio é processo de dar sentido e significado a algo, rompendo a visão de patrimônio enquanto matéria. Nesse sentido, para a autora, todo patrimônio carrega imaterialidades, correspondendo a um processo ativo que deve envolver os produtores e detentores. Por meio dessa visão, podemos traçar um caminho que busca reconhecer as distintas formas de manifestação de identidade e meios de memória, incluindo nesse processo grupos e comunidades que foram excluídas e emudecidas pelo Discurso Autorizado do Patrimônio.

No contexto de crise do Antropoceno, onde o patrimônio figura enquanto um recurso cultural a ser explorado, assim como a natureza, a mercantilização desses “recursos” esvazia e banaliza o sentido e significado desses elementos. A separação entre natureza e cultura alimenta o cenário de exploração e precariedade. A exploração dos valores culturais e ambientais como recursos a disposição de uma parcela de seres humanos, oficialmente categorizada enquanto humanidade, implica na produção de paisagens banais e no aniquilamento da multiplicidade e diversidade que compõem o planeta, alimentando a crise ecológica global do Antropoceno. À medida em que compreendemos tais valores enquanto recursos, iremos reproduzir os mesmos erros que nos levaram à uma época em que o ser humano é responsável por um futuro que ameaça a continuidade das diversas formas de vida do planeta.

Figura 1 - Montagem globo terrestre-globo do Patrimônio Mundial. Fonte: Globo terrestre, Google Earth, 2023. Globo do Patrimônio Mundial, UNESCO, 2022.

propomos também aqui o uso dos aspectos definidores da Urbanização e do Processo de Containerização do Espaço Urbano.

Ao conceituar a Urbanização, Muñoz (2008) coloca que esta diz respeito à urbanização banal do território, a partir da repetição indistinta de aspectos semelhantes em diferentes lugares, fazendo com que cidades diferentes estabeleçam referenciais similares, caracterizando as formas e funções urbanas da cidade contemporânea. O autor (Muñoz, 2008, p. 19) coloca ainda que, dessas mudanças significativas nas formas urbanas, surge uma nova categoria, a cidade multiplicada. Esta nova conformação de cidade é resultado de três processos simultâneos – nova definição de centralidade urbana e funções a ela associadas; multiplicação dos fluxos e formas de mobilidade no território e novas maneiras de habitar a cidade e o território (Muñoz, 2008).

A descrição do Processo de Containerização do Espaço Urbano decorre do rebatimento, para o contexto do espaço urbano, do conceito de Container, cunhado por Solà-Morales (2002, p. 96-101) para classificar equipamentos, ou conjuntos deles, que se voltam à acumulação de capital, seja ele econômico, simbólico ou cultural. Sob esta ótica, busca-se compreender de que forma este processo, que contempla aspectos tais como o direcionamento a atividades e público específicos, sem interação com o entorno e que se desenvolvem de forma auto-referenciada, pode ser observado em Áreas Centrais Históricas que passam por processos de intervenção urbana e que, pela forma como se estruturam, também com especialização de usos e direcionamento a determinado público usuário, levam a processos de redução e comprometimento do valor simbólico local.

Consideramos que estes marcos, utilizados para descrever alguns dos aspectos das dinâmicas urbanas da cidade contemporânea, podem ser também utilizados para análise das Áreas Centrais Históricas que passam por intervenções urbanas. Esta hipótese se coloca posto que estas áreas, quando tratadas de forma dissociada do conjunto da cidade, passam a configurar, ao mesmo tempo, uma paisagem singular e homogênea. A singularidade local decorre das características particulares reunidas como Patrimônio Cultural - características arquitetônicas, urbanísticas e imateriais. O aspecto de homogeneidade, por sua vez, diz respeito ao caráter de síntese destes mesmos elementos culturais que as intervenções promovem, reduzindo significados à possibilidade do consumo.

A necessidade de reconhecimento do uso cotidiano pela população local como fundamental à caracterização e manutenção dos aspectos culturais locais, além do Patrimônio Cultural devidamente reconhecido e amparado pelas leis preservacionistas vigentes, são fundamentais às análises das intervenções urbanas em áreas que veem seu patrimônio construído cada vez mais transformado em objeto de consumo, esvaziado, por fim, de seus significados. Se considerarmos que há uma relação de reciprocidade entre apropriação do espaço e formação da Identidade Cultural local, e mais, se as críticas às formas de intervir, como àquelas analisadas por Muñoz, nos revelam um processo de cenarização, portanto de artificialidade nas áreas pós-intervenção, há que se assumir que a substituição da população local por um público visitante é determinante nesse processo.

determinada área em função de processos de valorização e especulação imobiliária. A partir desta primeira definição, o conceito passou a ser aplicado em diversas análises de processos de intervenção, fazendo com que ele deixasse de ser entendido como uma consequência indesejada destes processos, e sim como uma intenção desde seu início. No Brasil, além da sua tradução como Gentrificação, temos também associado o termo Enobrecimento.

Dentro deste contexto, devemos considerar as formas de apropriação estabelecidas por cada um destes grupos e o tempo de permanência na área. A população estabelece vínculos mais duradouros e significativos, pois seu tempo de permanência no local é maior e permite o uso cotidiano, envolvendo relações de habitação, trabalho e lazer, permitindo a consolidação de laços de identidade com a área e demais membros do grupo. A relação do visitante com a área turistificada, ao contrário destas características, devido ao tempo restrito de permanência e à natureza das atividades que norteiam seu comportamento, voltado sobretudo ao consumo, não permite a criação de vínculos com o lugar, que levariam à constituição da identidade e da memória.

A estas transformações, Carlos (2004) classificará como tempo de “curta duração”, considerando-se que a transformação no tempo se dá atrelada às características de uso e formas de apropriação do espaço. Sendo pautadas pelo consumo, as formas de apropriação, vinculadas à atividade turística, implicam em novas formas de vivência desses espaços. Esta redefinição de usos irá implicar em comprometimento de elementos que permitiriam a criação de vínculos e identidade.

Há que se considerar a relação indissociável entre cotidiano, espaço, tempo, identidade e memória. Neste contexto, a relação entre tempo e espaço se dá a partir do uso, posto que é a partir dele que se estabelecem as formas de apropriação. Através destas, as relações sociais se estabelecem e permitem a criação de vínculos, que por sua vez levam à formação da identidade, articulando à memória. Quando espaço e tempo passam a ser redefinidos em função do lucro, as formas de vivência são também reconfiguradas. Este processo ocorre pois as ações se voltam à exploração econômica das áreas pela reconversão dos atributos locais em mercadoria. As intervenções, confirma Carlos (2004), alteram os usos dos lugares, bem como o tempo de uso destes, o que reflete nas relações sociais tradicionais antes estabelecidas. Deste modo, transformam o lugar.

É a esse processo que Carlos (2004) vai atribuir os termos Tempo Efêmero, Espaço Amnésico e Identidade Abstrata. Ao tempo acelerado e quantitativo, Carlos (2004, p. 55-61) dá a denominação de Tempo Efêmero, ao qual associa o conceito de Espaço Amnésico, que não permite a constituição da memória, pois se constrói sem referências, “(...) um processo que enfoca a ruptura (...)” (Carlos, 2004, p. 56), levando a uma Identidade Abstrata. Tornados homogêneos, tempo e espaço passam a se caracterizar pela impossibilidade do uso, revelando a formação de novos valores e formas de comportamento. O tempo, que passa a ter por característica a “instantaneidade”, Tempo Efêmero, acarreta no desaparecimento das referências anteriores e assim, há a perda da memória associada ao lugar. Este Tempo Efêmero passa a mediar as relações estabelecidas na cidade.

A instantaneidade do Tempo Efêmero que permeia e condiciona as relações estabelecidas com a paisagem e sua consequente banalização evidenciam um processo de fragilização das memórias e das relações de identificação com o território. Nesse contexto, buscamos, a partir de uma abordagem crítica e reflexiva, compreender o patrimônio, em sua dimensão ampliada, para além do Discurso Autorizado (Smith, 2006), enquanto possibilidade de resistência aos processos hegemônicos de produção de uma paisagem excludente e segregadora, que responde às dinâmicas da crise do Antropoceno. Dessa forma, ao olhar para os diferentes passados e o reconhecimento da memória enquanto força capaz de sobreviver à passagem do tempo, identificamos o patrimônio enquanto resistência e composição de um sistema de imunidade apto a fazer frente aos processos de mercantilização e banalização da cultura e dos territórios.

Imunidades: o patrimônio e o restabelecimento do ser no Antropoceno

A criação do patrimônio com a intenção de selecionar elementos do passado enquanto referências para o presente, e para o futuro, reflete, sobretudo, o processo de exclusão. Ao delimitarmos o que é o patrimônio, ou seja, aqueles elementos que passam da condição de objetos banais do cotidiano a símbolos coletivos singulares e valiosos, deixamos uma infinidade de elementos sujeitos ao processo de apagamento pelo tempo e pelas demandas de cada momento da história. Dessa forma, a paisagem produzida por estes bens selecionados e protegidos responde às intenções do presente. Ressalta-se, como já mencionado, que o presente é influenciado pelo Discurso Autorizado do Patrimônio (Smith, 2006) de matriz eurocêntrica.

Dessa forma, quando analisamos o território patrimonializado, percebemos uma redoma de proteção que elege quais elementos serão dignos de sobreviverem à passagem do tempo. Essa forma de ação vai além de bens patrimoniais no sentido convencional do termo, que remete aos patrimônios oficiais, dialoga, diretamente, com as formas de conservação e manutenção de nossas paisagens naturais, de nossas tradições e formas de vida. Portanto, ao debatermos o Antropoceno, faz-se necessário reconhecer como o viés seletivo de nossas ações, em grande escala, movidas por interesses do capital, produzem o apagamento de elementos simbólicos e vitais para conservação de identidades e fortalecimento da memória.

O romance de Bértholo (2023), ao propor uma reflexão sobre natureza, cidade, corpo e tempo, nos faz refletir sobre aspectos do Antropoceno, quanto ao que ele nos provoca pensar sobre esses apagamentos, ou da capacidade de preservação, em um entendimento das cidades como parte de um ecossistema mais amplo. Na medida em que a personagem explora a cidade, sem percurso pré-definido e sem restrição de tempo, ela vai encontrando e estabelecendo uma relação sensível e íntima com esta cidade que habita, reconhecendo a história que está impregnada nas pedras e que transcende a escala humana. Ali ela passa a entender o que era natural e já não podia mais diferenciar a ideia de campo / natureza, da ideia de cidade, posto que todos os materiais de que são feitas as cidades, os edifícios e ruas, são naturais - argila, água, minerais, petróleo. A cidade é natureza, conclui. A cidade é o reordenamento humano para aquilo que é natural. Ela passa a entender o próprio corpo, livre, e na relação com os elementos que o envolvem. Sobreviver, portanto, deveria ser aprender “a fazer parte, a colaborar”.

Lowenthal (2014) destaca alguns motivos pelos quais conservamos, entre eles destacamos o fato de que a conservação é inata à sobrevivência do ser humano. Nesse sentido, podemos apreender que a produção do patrimônio representa uma força de sobrevivência que tange nossa relação com o passado e a busca por referências e raízes para nos situarmos frente à exterioridade do mundo. Considerando isso, buscamos desenvolver a noção de imunidade para analisarmos aspectos da conservação do patrimônio. Ressalta-se, que o patrimônio é compreendido neste trabalho em sua dimensão ampliada, enquanto processo de negociação de sentidos e significados (Smith, 2006). Para o desenvolvimento do conceito de imunidade nos apoiamos no trabalho do filósofo alemão Peter Sloterdijk (2017a, 2017b, 2018), que ao longo de sua trilogia “Esferas” desenvolve uma abordagem ontológica e fenomenológica acerca do ser e do espaço. O autor identifica como os seres humanos constituem esferas como situações de imunidade enquanto forma de sobrevivência, imunidades que se manifestam de forma simbólica, cultural, social ou material.

Como habitar significa sempre constituir esferas, menores ou maiores, os homens são as criaturas que estabelecem mundos circulares e olham em direção ao exterior, ao horizonte. Viver em



esferas significa produzir a dimensão na qual os homens podem estar contidos. Esferas são criações espaciais imunologicamente efetivas para seres estáticos sobre os quais opera o exterior (Sloterdijk, 2016, p. 29).

À medida em que observamos o patrimônio oficial como uma forma de imunidade que visa criar uma cultura universal (global) e unificada, sobrepondo-se às dimensões sociais, podemos interrogar acerca do sentido que a imunidade, a partir do Discurso Autorizado do Patrimônio, representa para as comunidades que produzem e são guardiãs do patrimônio. É evidente que a cultura muitas vezes se torna submissa à imunidade do capital na medida em que é transformada em mercadoria, resultando no desvanecimento da memória e na diluição das múltiplas culturas e memórias devido à exploração econômica. Dessa forma, ao analisarmos paisagens patrimoniais, podemos identificar essa contradição na forma como os sistemas de segurança/imunidade se manifestam.

A Figura 3 ilustra um fragmento da paisagem urbana de Ouro Preto em Minas Gerais. Ouro Preto está incluída na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO, representando, portanto, o Discurso Autorizado do Patrimônio, que valoriza aspectos materiais em detrimento de elementos simbólicos. Podemos observar as diferentes camadas e temporalidades inscritas na paisagem urbana, afirmando a cidade enquanto organismo vivo e dinâmico. Contrapondo essa perspectiva, o centro histórico, delimitado pela redoma, representa o local de concentração de ações de conservação e das atividades relacionadas ao turismo, contrastando com o restante da paisagem, excluída dos roteiros turísticos. Nesse exemplo, a imunidade da imagem do patrimônio mundial oficial se manifesta pelos interesses de mercado e pelo valor estético que as edificações coloniais representam no panorama nacional e internacional. Em contrapartida, a imunidade social pautada nas tradições e nas memórias ressignificadas se manifesta enquanto resistência ao processo de valorização espacial e segregação social.

Figura 3 - Redoma do Patrimônio - Ouro Preto. Fonte: Camilla Guimarães, 2022.

Figura 4 - Colagem cartográfica Ouro Preto. Fonte: Elaborada por Camila Guimarães, 2024. Fotos: Centro Histórico (2017) e Congado (2018).



Portanto, as imaterialidades que se sobrepõem à esta paisagem compreendem os valores de identificação e memória enquanto construção de imunidades, que resistem à exploração econômica e segregação socioespacial (Guimarães, 2023).

Esse exemplo nos mostra a importância da experiência e da vivência cotidiana como elementos de valorização do patrimônio e de reconhecimento de identidades. Nesse sentido, encontramos na fenomenologia uma importante ferramenta para análise dos processos de identificação com o espaço e na valorização da memória a partir da experiência. A experiência enquanto processo de reconstrução do sentido e do significado do território, capaz de evidenciar discursos e narrativas que valorizem as práticas cotidianas e a memória coletiva. Assim, encontramos na forma de lidar com nossos passados e tradições uma alternativa de resgate de valores e noções de conservação para a produção de situações mais harmônicas e equilibradas de sobrevivência.

Nesse enquadramento, como mencionado anteriormente, Lowenthal (2014) identifica que a conservação é inata ao ser humano, por isso coletamos, conservamos como forma de sobrevivência. Escolhemos nos concentrar nas coisas/objetos, pois acreditamos que as coisas duram mais que as vidas humanas. Contudo, a crise que marca o Antropoceno nos acena para um fim que assola a todos, não poupa as coisas/objetos, a natureza ou os seres humanos. Enfrentar essa crise, significa compreender a complexidade a partir de múltiplas camadas, colocando em diálogo diferentes campos do saber. A memória, o sentido de pertencimento e a construção de identidades figuram como elementos essenciais para resgatar os laços e mudar o curso da história. Lowenthal (2014) em sua crítica aos processos de conservação nos adverte sobre a imprevisibilidade do futuro. Transpondo para o nosso contexto, implica entender o futuro enquanto um campo de disputa, onde os passados apagados, as vozes emudecidas e as memórias diluídas possam se revelar para a produção de um novo sistema de imunidade, no qual as relações sociais, culturais e espaciais se estabeleçam na produção de um contexto diverso e mais equitativo, valorizando a multiplicidade de vozes.



A colagem cartográfica da Figura 4 destaca a complexidade e multiplicidade de vozes presentes em paisagem patrimoniais. A imagem representa a cidade de Ouro Preto. De um lado, temos a principal praça da cidade - Praça Tiradentes, localizada no centro histórico e ponto de maior visibilidade econômica e de poder simbólico. Ao fundo, subindo o morro, percebemos as intervenções recentes na paisagem, sobrepondo-se ao ambiente e causando interferências na imagem da cidade como símbolo de um passado estático e homogêneo. Essa abordagem equivocada do patrimônio e do território ressalta sua exploração enquanto recurso econômico, promovendo a exclusão de seus moradores. Dessa forma, a imagem à direita, que avança sobre o território preservado, representa a periferia. As ocupações em áreas vulneráveis contrastam com os símbolos da arquitetura colonial preservada. O elemento de maior vitalidade nesse território periférico se manifesta pela tradição de matriz africana, o Congado, enquanto resistência e valorização da cultura e da identidade. Esse cenário, onde os personagens se alteram entre o turista na praça central e o habitante em seu território de vida e sobrevivência, nos apresenta a necessidade de olhar para além dos aspectos materiais do espaço, buscando identificar os sujeitos que vivenciam e compartilham as experiências cotidianas, destacando a fenomenologia como ferramenta para interpretação das atmosferas espaciais. Podemos, portanto, aprender como conservar nossos ecossistemas a partir do reconhecimento das diferenças, como forma de produzir imunidades de resistência aos processos de exclusão e apagamento que marcam o desvanecimento da memória no contexto do Antropoceno.

Também um exemplo dessa seletividade se encontra dentro de uma mesma área preservada, como poderá ser observado no conjunto de imagens da Figura 5 acerca das ações de intervenção no Centro Histórico de Salvador. A primeira seleção se dá na delimitação do perímetro da área de preservação, definindo - separando apenas por uma rua, ou meia quadra - o que deve ou não ser preservado. Posteriormente, dentro deste mesmo perímetro, a área preservada, um novo processo de seleção, que determina o grau de preservação, atenção, que cada bem irá receber, atrelado ao público que irá atender. As edificações irão refletir esse processo em suas fachadas. A seletividade física reflete também uma seletividade social, que exclui o próprio morador das ações de preservação. Convivem, no mesmo espaço, o passado preservado, e o turista que o visita, e a ruína, e quem as habita.

Figura 5 - Delimitação do centro histórico de Salvador e áreas alvo de intervenção Recortes do patrimônio edificado. Fonte: Paula Braga, 2014.

Considerações finais: tensionando o futuro

A compreensão da noção de paisagem é fundamental no campo da preservação do patrimônio cultural, visto que extrapola as estruturas físicas e permite compreender este patrimônio em um contexto ampliado, em que elementos mais sensíveis do cotidiano terão papel fundamental no reconhecimento de identidades. Deste modo, pensar os processos, econômicos, políticos, de disputas, que o conceito de Antropoceno propõe debater, se mostra um caminho para também pensar e repensar as formas como este patrimônio é apropriado pela lógica neoliberal, travestido de um discurso de preservação.

Realizando um paralelo, se o ser humano transforma a natureza, levando à sua degradação, também a paisagem cultural, manipulada para o mercado, pode ser degradada, banalizada nesse caso, comprometendo as relações ali estabelecidas. O esvaziamento e apagamento de suas particularidades banaliza significados e perde sentido. Se o espaço urbano, o reconhecimento de um determinado valor a ele atribuído, que o eleva à categoria de patrimônio cultural, depende também dos aspectos imateriais, da dinâmica cotidiana, pautados nas ações humanas, a banalização destes elementos será, no limite, o apagamento da própria vida humana, dos grupos, enquanto representatividade coletiva, e dos indivíduos, nas relações de intimidade e pertencimento.

Partindo dessas considerações compreendemos a importância de resgatar a construção de sentido dos espaços cotidianos, de forma a fortalecer as memórias e construir identidades. Assim, a abordagem fenomenológica para análise do território patrimonial configura uma importante ferramenta capaz de romper as dicotomias estabelecidas entre material e imaterial, o que permite uma análise crítica e ampliada do tema do patrimônio.

A crise que permeia o contexto do Antropoceno exige a ruptura com sistemas perversos de manipulação das formas de existência por meio valorização das diferentes formas de vida e meios de conservação e sobrevivência que nos ensina como as imunidades físicas e simbólicas podem configurar alternativas de combate. Para tanto, faz-se necessário construir uma abordagem holística que considere a complexidade da contemporaneidade que coloca o futuro como campo de disputa. A conquista desse futuro e a possibilidade de vislumbrar paisagens Pós-Antropoceno dependerá da forma com construímos nossos passados, resgatando memórias e fortalecendo os processos de identificação, que conseqüentemente, nos levará a processos de conservação que considerem as multiplicidades de seres que coexistem em nossos contextos locais.

Referências

Livro

- BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- BÉRTHOLO, Joana. *Natureza urbana*. Porto Alegre: Dublinense, 2023.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHANDLER, Alan, PACE, Michela. *The production of heritage: The Politicisation of Architectural Conservation*. New York: Routledge, 2020.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CHOAY, Françoise. *As questões do patrimônio*. Antologia para um combate. Portugal: Edições 70, 2011.

COSTA, Everaldo Batista da. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial*. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2010.

DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo: Editora 34, 2016.

GLASS, Ruth. *London: aspects of change*. London: MacGibbon&Kee, 1964.

HARRISON, Rodney. *Heritage: critical approaches*. New York: Routledge, 2013.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MESKELL, Lynn. *A future in ruins*. Unesco, world heritage, and the dream of peace. New York: Oxford University Press, 2020.

MUÑOZ, Francesc. *Urbanización*. Paisagens comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

SAMUEL, Raphael. *Teatros de la memoria*. Pasado y presente de la cultura contemporânea. Valência: Verso, 1994.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. New York: Routledge, 2006.

SLOTERDIJK, Peter. *Esferas I: bolhas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

SLOTERDIJK, Peter. *Esferas I: burbujas*. 6 ed. Madrid: Siruela, 2017a.

SLOTERDIJK, Peter. *Esferas II: globos*. 4 ed. Madrid: Ediciones Siruela, 2017b.

SLOTERDIJK, Peter. *Esferas III: espumas*. 4 ed. Madrid: Ediciones Siruela, 2018.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

Capítulo de livro

HAERINGER, Anne-Sophie; TORNATORE, Jean-Louis. Introduction. Penser avec le patrimoine contre le patrimoine. In: HAERINGER, Anne-Sophie; TORNATORE, Jean-Louis (Orgs.). *Héritage et anthropocène: En finir avec le patrimoine*. Nancy: Arbre bleu éditions, 2022. Introduction, p.11-31.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. Ed, 2008. p.443-460.

PALLASMAA, Juhani. A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura. In: NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. Ed, 2008. p. 481-490.

PEREIRA, Honório Nicholls. Tendências contemporâneas na teoria da restauração. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 101-116.

STERLING, Colin. Heritage as critical Anthropocene Method. In: HARRISON, Rodney; STERLING, Colin (Eds.). *Deterritorializing the future: heritage in, of and after the Anthropocene*. London: Open Humanities Press, 2020. Cap. 6, p.188-218.

STERLING, Colin; HARRISON, Rodney. Introduction: of territories and temporalities. In: HARRISON, Rodney; STERLING, Colin (Eds.). *Deterritorializing the future: heritage in, of and after the Anthropocene*. London: Open Humanities Press, 2020. Cap. 1, p.19-54.

Artigo

SMITH, Laurajane. El “espejo patrimonial”. ¿Ilusión narcisista o reflexion es múltiples? *Antípoda Rev. Antropol. Arqueol.* (n. 12), Bogotá, pp. 39-63, 2011.

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2. Online, Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1957/749>. Acesso em: 25 fev. 2024.

Tese/Dissertação/Monografia

BRAGA, Paula Marques. *Intervenções urbanas em áreas centrais históricas: paisagens particulares versus a banalização da paisagem. Contradições entre a preservação do patrimônio cultural e a promoção do turismo em intervenções realizadas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife*. 2013. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013. <https://doi.org/10.11606/T.18.2013.tde-09052014-110000>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GUIMARÃES, Camila Ferreira. *Atmosferas Patrimoniais. Espaços públicos patrimonializados em Minas Gerais*. 2023. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2023. <https://doi.org/10.11606/T.102.2023.tde-23062023-121242>. Acesso em: fev. 2024.

Documentos eletrônicos

ARANTES, Antonio A. *As dimensões do patrimônio*. Material do curso Patrimônio Imaterial. Política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda. DUO Informação e Cultura, 2008.

LOWENTHAL, David. Lecture: David Lowenthal, “Conservation Past and Present”. HarvardGSD, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a4u9HWNcpKQ>. Acesso em: 25 fev. 2024.